

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PROPORCIONA A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA GESTÃO ESCOLAR

WITTMANN, Maria José de - PPGEdU/UNISINOS
mazemorais@hotmail.com
INEP/CAPES – Observatório da Educação

Texto completo para Modalidade: COMUNICAÇÃO
EIXO TEMÁTICO: Educação: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Resumo

Com as atuais demandas sobre a qualidade do ensino e relevância da educação escolar, a avaliação é um instrumento significativo que oferece subsídios para o planejamento, elaboração, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil. Este trabalho apresenta resultados preliminares da pesquisa de tese de doutorado em andamento, intitulada: Avaliação da Educação Básica em nível Nacional: previstos e acontecidos. Enfatiza o desenvolvimento do processo da avaliação da educação básica externa em larga escala do ciclo do ano de 2007 das Avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB (SAEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil) com a finalidade de compreender e explicitar o desenvolvimento do processo da rede municipal de ensino de um município do RS, com um recorte da prática cotidiana de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental. Objetivando identificar a participação dos pais no processo de desenvolvimento da avaliação e na prática da gestão escolar. Para coleta dos dados empíricos optamos a aplicação de três questionários. Contemplando os alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental que foram avaliados no ciclo 2007. Concluímos que a efetiva participação dos pais na prática cotidiana da gestão escolar, principalmente em suas decisões, ainda é processos que demanda incentivos e movimentos de conscientização e lutas por mais espaços com reais oportunidades de direitos e deveres de uma efetiva participação nos desafios, perspectivas, e prioridades da escola, objetivando assim, resultados de êxitos de uma educação de qualidade social com respeito e valorização aos diferentes saberes e preservação da cultura da comunidade local; ressaltamos a significativa iniciativa do MEC/INEP em convidar os “pais” no processo da avaliação da educação básica; e disponibilizar materiais informativos destinados aos pais; no entanto esta iniciativa não foi suficiente para conscientizar, nem oportunizar a efetiva participação dos pais no processo avaliativo.

Palavras-Chave: Educação políticas; Avaliação da Educação Básica; Gestão Democrática e Participação.

Introdução

O presente estudo apresenta resultados preliminares da pesquisa Avaliação Nacional da Educação Básica em nível Nacional: previstos e acontecidos. Com a finalidade de explicitar o desenvolvimento do processo da Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB

(SAEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil) com a prática da gestão da educação e escolar.

Para este ensaio priorizamos identificar a participação dos pais no processo de desenvolvimento da avaliação, da educação básica e a gestão escolar nos aspectos administrativo, pedagógico e financeiro. Consideramos a família (pais/mãe/responsável) como parceiros de fundamental importância na gestão da educação, em especial na gestão escolar.

O ensino fundamental da rede municipal de Gramado está sendo norteado pelo Plano Municipal de Educação (2005 - 2010) que tem como uma das prioridades o desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino; e como uma das diretrizes a articulação com a família visando o mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementam e se enriquecem, produzindo aprendizagem coerente, mais ampla e profunda. E pelo Regimento padrão das escolas Municipais de Educação de ensino fundamental que considera a escola municipal um espaço reservado para elaboração das vivências das crianças, dos jovens e também dos professores, onde as ações educativas incorporam dimensões múltiplas e se interpenetram, multiplicando responsabilidades individuais e sociais em nível político e pedagógico; objetivando estimular a convivência entre os envolvidos no processo educacional, privilegiando aspectos de comunicação, de parceria e de espírito de equipe, harmonicamente; e propiciar ao estudante o desenvolvimento emocional, intelectual e social, visando a sua realização pessoal e formação integral; criar e oferecer espaços de participação da comunidade.

Em 2007, a realização do 9º Ciclo da Avaliação da Educação Básica - ANEB (SAEB) e 2º Ciclo da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESC (Prova Brasil), inova e coloca em prática um direito já previsto pela legislação “participação da família na gestão da educação”, convocando além dos gestores, professores, os pais dos alunos a participarem do desenvolvimento do processo da avaliação, oportunizando tomar conhecimento das informações sobre o processo avaliativo.

Para obtenção dos dados empíricos optamos a aplicação de três pequenos questionários aos alunos da 4ª e 8ª séries avaliados no ciclo 2007.

A relevância da Educação para formação humana

A educação das pessoas não se limita à ação educativa da escolarização, mas tem nas escolas o seu locus privilegiado enquanto espaço de institucionalização do pensar e do fazer. Conforme PARO (2000), o fim último da educação como mediação para a apropriação histórica e cultural a que tem direito o cidadão é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. Em relação a esse aspecto, Wittmann (2004, p. 21) alerta que “A intervenção educativa da escola só faz sentido se, de fato, contribuir para a formação das pessoas”.

Para FREIRE (1996), o ser humano, como sujeito, é capaz de assumir-se como ser social e histórico, e como um ser capaz de desenvolver condições de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, é capaz de grandes ações, de dignificantes testemunhos. Mas, tudo isso não acontece como simples aquisição de informação, mas como parte integrante da vida e de suas relações, o que justifica a necessidade de movimentos coletivos.

A Constituição Federal de 1988, Art. 205, preceitua que Educação, como um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

A escola como instituição de socialização do saber sistematizado, conforme defende Freire (1996, p. 33), “deve respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela”. Além de respeitá-los, deve integrar à prática escolar esses saberes socialmente construídos na prática comunitária. Esses saberes devem ser objeto de discussão de todos os membros da comunidade escolar e local para explicitar a sua razão de ser e compreender a relação com conteúdos do saber escolar.

Gestão Democrática e participação

A educação é um processo histórico de produção da existência humana. A escola, como prática social da educação, é uma intervenção intencional nesse processo de formação humana. A evolução da prática educativa escolar trouxe novas exigências para gestão do trabalho pedagógico-educativo, o que demanda subsídios para melhor conhecer a atual situação da educação, acompanhamento dos serviços oferecidos pelo poder público, identificando os desafios e necessidades, e priorizando ações e investimentos significativos para obtenção de êxito do processo ensino-aprendizagem.

Portanto, a educação é um espaço de co-participação e co-responsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado. E prevê a participação popular garantindo aos indivíduos, grupos e associações o direito não apenas à representação política, mas também à informação e defesa de seus interesses. Possibilita a atuação e a efetiva interferência na gestão dos serviços públicos, previstos no princípio da soberania popular pelo qual todo o poder emana do povo que o exerce através de seus representantes de instituições, associações e comunidade. A Constituição Federal/88, no art. 206, que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Além disto, no Art. 5º, inciso XVIII, assegura a liberdade para criação e organização de entidades associativas e cooperativas.

A democratização da gestão escolar não pode restringir-se ao limites e atores da escola. O cumprimento da função educativa da escola exige o envolvimento dos atores da comunidade escolar e local com efetiva participação na definição de aspectos substantivos que garantam a qualidade da educação escolar. De acordo com Toro e Werneck (2004), a participação de diversos atores em um processo de mobilização social é, ao mesmo tempo, um objetivo a ser alcançado e um meio para envolver e realizar outros objetivos almejados.

Conforme afirma Wittmann (2004a), no cumprimento das suas funções, a gestão escolar tem três aspectos inalienáveis e inter-relacionados a serem enfatizados: a) demanda competências específicas, conhecimentos, aptidões cognitivas e atitudinais e formação específica sobre gestão escolar; b) exige liderança na comunidade e seu exercício implica catalisação e liderança, representatividade e respeito dos parceiros da comunidade escolar e da comunidade local; c) um compromisso público político, pois é a primeira e mais importante instância da administração pública da educação, pois nela se executam e nela se coordenam as práticas que concretizam o programa de educação da sociedade e do estado.

A LDB/96 reconhece, na escola, um importante espaço educativo e prever que: Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Conforme defende Paro (2001, p. 52), “a característica essencial da gestão é a mediação para a concretização de fins”. Portanto, é preciso que exista a coerência entre os

objetivos e a mediação prática que lhe possibilita a realização, posto que fins democráticos não possam ser alcançados de forma autoritária.

A escola não é uma instituição solta no espaço. Ela tem uma história que foi e continua sendo construída por aqueles que, em algum momento de suas vidas, por ela passaram. Muitas vezes, a escola é uma conquista de determinada comunidade que lutou para ter um espaço de acesso ao conhecimento para seus filhos. (PENIN e VIEIRA, 2001, p. 86).

Em se tratando de participação, Diaz Bordenave (1994) explica que a participação tem duas bases complementares: efetiva: onde participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros; e instrumental: onde participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos.

Dourado (2004), adverte que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal e legal e que, para a participação se tornar realidade na prática da gestão são necessários meios e condições favoráveis.

O Regimento das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Gramado prevê a participação como uma prioridade na gestão escolar, de todos os professores, alunos e pais e/ou responsáveis e representantes dos setores afins com a educação em todas as atividades que venham contribuir para a construção e busca contínua do aperfeiçoamento. Para Diaz Bordenave (1994), a qualidade da participação aumenta quando as pessoas aprendem a manejar conflitos, clarificar sentimentos e comportamentos, tolerar divergências e respeitar opiniões.

Avaliação da educação básica como subsídio para prática da gestão

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica foi criado em 1988, é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, realizada a cada dois anos. Nestes 20 anos, passou por várias alterações, revisões e mudanças. Em 2005 a Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, alterou o nome histórico de SAEB para Exame Amostral do SAEB, sob a denominação de Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), o nome do SAEB foi mantido nas publicações e demais materiais de divulgação e aplicação da avaliação. É uma avaliação amostral, o resultado não serve para avaliar a qualidade da escola, mas possibilita avaliar o desempenho dos sistemas educacionais, ou seja, das redes municipais, estaduais e federal de educação, além do sistema público e privado. Permite, também, a comparação de desempenho por

estado e por região geográfica; e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), que é mais extensa e detalhada e tem foco em cada unidade escolar, recebendo, em suas divulgações, por seu caráter universal, o nome de Prova Brasil; é possível avaliar a qualidade da escola e do nível educacional do município.

É a primeira iniciativa brasileira no sentido de conhecer mais profundamente os problemas e deficiências de seu sistema educacional, para orientar com maior precisão as políticas governamentais voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Além de ser um dos mais amplos esforços no sentido de coletar dados sobre a qualidade da educação no país, é um dos principais sistemas de avaliação em larga escala da América Latina.

Concebido com a finalidade de fornecer elementos para apoiar a formulação, a reformulação e o monitoramento de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil. Tem como objetivos: oferecer subsídios à formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas nas áreas e etapas de ensino avaliadas; identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino; produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos; e desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa.

Material Informativo sobre a Avaliação destinado aos Pais

O INEP/MEC que coordena o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em larga escala inovou no ciclo 2007, incluiu os gestores, professores e pais neste processo avaliativo e convidou através de convocações expressas na campanha de divulgação, e destinou material específico no seu site.

O material informativo sobre a Avaliação da Educação Básica SAEB/Prova Brasil 2007, especificamente destinado e disponível aos Pais, no site do INEP/MEC, está dividido em pastas enfatizando as seguintes temáticas e destinatários: Menu: Apresentação, Nota do seu filho, Nota para a escola, O que cai na prova, Para que as provas, A melhor escola, Questionário Socioeconômico; Temas relacionados: Censo Escolar; Documentos dos Pais: Comentários de questões, Exemplos de Questões, Questionários e Resultados.

Ressalta a importância das avaliações da Educação Básica; a) ANRESC (Prova Brasil) serve para os pais avaliarem o nível da escola dos filhos e ajudarem a melhorar a escola, e foi criada sob a constatação de que educação não é responsabilidade apenas do professor e do aluno, mas de toda a sociedade, a demanda de meios para avaliar a qualidade da educação que está sendo oferecida. O resultado relacionado ao índice de aprovação daquela escola fornece o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (uma relação entre as notas na Prova Brasil e no SAEb e as taxas de aprovação escolar) que norteia as mais importantes políticas de melhoria da educação; b) SAEb - Os objetivos são um pouco diferentes da Prova Brasil, pois ele não avalia cada escola, já que a prova é amostral, serve para mostrar a qualidade dos sistemas educacionais nos estados, regiões e também no Brasil, de maneira geral. Dessa forma, os gestores da Educação poderão interferir para reforçar a qualidade.

Esclarece que são avaliações criadas para mostrar como está a educação em nosso País; aponta a prova como o melhor jeito para fazer isso, objetivando saber o quanto os alunos estão aprendendo; que as notas das avaliações não entram no boletim escolar dos alunos. Justificando que a Prova Brasil visa a avaliar a escola e a qualidade da educação no município, e o foco do SAEb são os sistemas educacionais (rede estadual, escolas privadas, escolas públicas) e os panoramas regionais.

Aponta a importância da participação dos alunos na avaliação, e salienta que “é fundamental que seu filho esteja presente e também é muito importante que ele responda às questões com dedicação. Ou seja, que ele (leve a sério)”. Solicita que os pais expliquem aos filhos que, com a Prova Brasil e com o SAEb, eles vão ganhar coisas mais importantes que pontos no boletim: vão contribuir para a melhoria da educação, e serão beneficiados diretamente com isso. Alegando que se os professores, diretores, prefeitos e Ministério da Educação não souberem como está o aprendizado da garotada, não têm como ajudar a melhorar.

Aproveita para lembrar que a Educação não é tarefa só do professor. Todos precisam se unir nesse esforço, pois só com educação de qualidade o Brasil terá condições de oferecer melhores condições de vida a todos. Que cada um faz sua parte, nesse momento “sua parte é estimular seu filho a fazer essa prova bem feita”.

Esclarece que os resultados da Avaliação não são enviados aos alunos, que o intuito das avaliações não é o de avaliar os alunos, não há boletim individual de desempenho para a

Prova Brasil e Saeb. As notas serão dadas às escolas, às redes (municipal, estadual e federal) e aos sistemas (público e privado). Cada escola participante receberá material com sua nota, a nota média do município, do estado e do país. Esse material traz também a explicação do significado daquela nota alcançada: ou seja, o que a média dos alunos sabe e o que ainda precisa aprender.

Apresenta em resumo o que caí na prova, enfatizando os conteúdos que norteiam os testes, informa que o conteúdo da prova é todo baseado no conteúdo regular da série correspondente; e estão definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que a escola tem, e são contemplados com os livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático. São dois Testes: língua portuguesa (ênfase na leitura) e matemática (ênfase em resolução de problemas). Os testes são de múltipla escolha, com quatro alternativas de resposta para cada questão, e as respostas deverão ser assinaladas no formulário de respostas (gabarito).

Argumenta a importância dos questionários, e alerta sobre a responsabilidade e reforça a importância dos pais incentivarem os filhos a responderem os testes e o questionário socioeconômico para coleta de informações sobre alguns aspectos da vida escolar, e suas condições socioeconômicas e culturais. Os quais servem de base para as pesquisas de avaliação educacional, que podem apontar, por exemplo, que determinados comportamentos dos pais podem ajudar os estudantes a terem um melhor desempenho escolar. E complementa informando que não é só os alunos que respondem os questionários, mas também os professores de Língua Portuguesa e de Matemática e o diretor da escola.

Apresenta no item Temas Relacionados que o resultado da Prova Brasil e Saeb, combinado com os índices de aprovação, repetência e evasão de cada escola, obtida por meio do Censo Escolar, compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. O indicador orienta as políticas da educação básica, voltadas para a melhoria da qualidade das escolas públicas. É um diagnóstico da educação básica, que é realizado com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do País, o Censo Escolar é instrumento importante para promoção da melhoria da qualidade na educação. Ao respondê-lo, você ajuda o MEC a conhecer melhor o sistema educacional, suas qualidades e deficiências.

Apresenta o IDEB como um fator determinante de uma escola melhor, ressaltando que há um índice para cada escola pública que participa da Prova Brasil. E faz a seguinte

proposta “Portanto, se no seu bairro há duas escolas e uma tem o IDEB menor que a outra, converse sobre isso com o diretor, com os professores, com os outros pais, e incentive “Lute para melhorar o IDEB da escola de seu filho”.

O Censo Escolar coleta, todos os anos, os dados sobre a educação básica nacional. Estas informações servem de base para a formulação de políticas públicas e para distribuição de recursos públicos (merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e FUNDEB, etc). Seus dados também são utilizados por outros ministérios, como Saúde e Esportes, por organismos internacionais, como a Unesco e Unicef, por pesquisadores e estudantes de todo o Brasil e do mundo.

Apresenta o responsável “Aplicador” pela aplicação dos testes e questionários como sendo é um profissional contratado e treinado para esse trabalho e que irá preencher o questionário da escola, com informações sobre as características da instituição.

É disponibilizado na pasta “Documentos dos Pais” os arquivos com: comentários e exemplos de questões dos testes dos alunos das disciplinas avaliadas: Língua Portuguesa e Matemática, Questionários socioeconômico dos atores avaliados: Alunos, professor e Diretor e um relatório dos Resultados da Avaliação SAEB 1995-2005.

Incentiva os pais a escolherem a melhor escola para seus filhos, inclusive apresenta exemplos de itens que os pais poderão levar em conta na hora de escolher a melhor escola, como a proximidade de sua casa, a facilidade de transporte etc.

Louvamos esta iniciativa e concordamos com FREIRE (1999, p. 23) da importância, da urgência da democratização da escola pública. Principalmente da socialização, divulgação das informações, partilha de poder das decisões do que é melhor para a escola, em especial a gestão pedagógica com foco na aprendizagem significativa dos alunos com a participação de suas famílias nos destinos da escola. E complementa enfatizando que quando a própria comunidade local tem a escola como algo seu, se faz igualmente presente na condução da política educacional da escola (Freire, 1993, p.75).

Resultados preliminares

a) No primeiro questionário abordamos sobre a participação dos alunos no processo de avaliação da educação básica ANEB (SAEB) e ANRESC (Prova Brasil) 2007. Contemplamos 17 turmas totalizando 332 alunos: 4^a série (187 alunos de 9 turmas) e 8^a série

(145 alunos de 8 turmas) das 3 Escolas de Ensino Fundamental. Concluímos que: Os alunos pesquisados afirmam que foram avisados sobre a avaliação através de: Professoras = 279, Diretora da escola = 27, Supervisora Pedagógica da escola = 5, Jornal da TV= 15, Propaganda da TV= 140, Pai = 13, Mãe = 15; 296 dos alunos afirmam que gostaram de participar da avaliação, e 36 dos alunos afirmam que não gostaram de participar da avaliação.

b) No segundo questionário abordamos os alunos sobre a participação da família no processo de aprendizagem dos filhos. Contemplando 322 alunos de 16 turmas: 4ª série (172 alunos de 8 turmas) e 8ª série (150 alunos de 8 turmas) de 3 Escolas de Ensino Fundamental. Concluímos que: a) 311 das Famílias (pai/mãe) se preocupam com a aprendizagem escolar dos filhos, e 11 não se preocupam; b) Quem acompanha os estudos dos filhos (Temas/atividades/notas): Mãe = 213, Pai = 113, Irmão = 39, Avós = 22, Tia = 10, Primos = 3, Amigos = 1, Namorado = 1, Outros = 5, e Ninguém = 8.

c) No terceiro questionário abordamos os alunos sobre a participação das famílias nas atividades/eventos promovidos pela Escola. Contemplando 289 alunos de 16 turmas: 4ª série (139 alunos de 8 turmas) e 8ª série (150 alunos de 8 turmas) de 3 Escolas de Ensino Fundamental. Concluímos que: a) Sua família participa das atividades/eventos promovidos pela Escola: 215 Sim e 74 Não; b) Quais as atividades/eventos que sua família participa na Escola: Reuniões Gerais = 162, Reuniões Pedagógicas = 55, Entrega de Boletim = 1, Reuniões do Círculo de Pais e Mestres = 40, Eventos culturais = 82, Festas comemorativas = 122, e Encontro de casais com Cristo = 1; c) Você sabe porque sua família não participa mais das atividades/eventos promovidos pela Escola: 230 Sim e 59 Não.

A análise preliminar dos dados empíricos coletados, constatamos que as famílias se preocupam com a aprendizagem dos filhos; na grande maioria falta tempo para um melhor acompanhamento direto de todo o processo ensino-aprendizagem; participam de várias atividades/eventos promovidos pelas Escolas; mas, alegam o horário de trabalho como principal justificativa para uma limitada participação e maior envolvimento na prática da gestão escolar. Em relação a participação das famílias no processo de avaliação da educação básica ANEB (SAEB) e ANRESC (Prova Brasil) 2007; os dados empíricos apontam para um desencontro entre o previsto pelo Mec/INEP e o acontecido na prática do cotidiano escolar das escolas e ambientes familiares. Mesmo com a convocação/convite do INEP/MEC através das campanhas na TV, jornais, revistas, folders e material disponível no site do INEP/MEC, os pais não tiveram acesso as informações, e nem participaram efetivamente do

desenvolvimento do processo de Avaliação. Uma das principais justificativas é falta de condições de acesso ao mundo virtual, dos alunos avaliados nestas tres escolas, somente 3% das famílias têm acesso a computador com internet, mesmo assim nenhuma teve acesso a estas informações sobre a Avaliação (SAEB/Prova Brasil 2007) destinadas aos “pais” no site do INEP/MEC.

Reconhecemos a importância das informações disponibilizadas, as quais poderiam ser melhor trabalhadas pela próprias Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e suas respectivas escolas, considerando as limitações dos pais. Conforme FREIRE (2001, p. 203) “uma rede pública pode ir criando em si mesma as condições de ser democrática, na medida em que a sociedade, historicamente, venha experimentando mais democracia”.

Considerações Finais

Conforme informações do site do INEP, com a realização dessas avaliações o MEC/INEP, pretende contribuir para a universalização do acesso à escola, para a melhoria da qualidade, da equidade e da eficiência da educação brasileira. Fornecendo subsídios concretos aos gestores dos sistemas de ensino para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas de educação no país As pesquisas de avaliação educacional têm apontado, por exemplo, que a participação da família na vida escolar dos filhos e os aspectos relacionados ao ambiente familiar – diálogo, motivação e comportamento exemplar dos pais referentes a hábitos de leitura – geram predisposição positiva dos estudantes para aprendizagem na escola.

A avaliação é um instrumento significativo para o planejamento das políticas de educação. Mas, é necessário o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar; conhecimento da finalidade e objetivos dos programas e projetos avaliativos; e oportunizar o acesso das informações a todos, com isso possivelmente será possível o manejo e utilização dos resultados. No entanto, mudanças significativas somente podem ocorrer se os atores envolvidos nos processos de avaliações da educação, os quais espera mudanças e melhores serviços, participarem efetivamente do desenvolvimento do processo.

Considerando que é necessário um movimento coletivo das diferentes instâncias em prol de uma educação de qualidade social para todos; (Freire, 1993) nos lembra que não falte, sobretudo, o gosto das práticas democráticas, entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos alunos e de suas famílias nos destinos da escola; (Freire, 1999) e como sujeitos

históricos e sociais temos o dever de lutar e descobrir os espaços para participação, ação e luta por democracia.

Observamos que as famílias necessitam mais espaços e envolvimento do coletivo dos membros da comunidade escolar e local na prática da gestão escolar; mais informações sobre a finalidade e objetivos dos programas de avaliações; e conscientização da importância destas avaliações não só como estratégias de monitoramento, vigilância e controle de qualidade; e sim como um instrumento que propicia o controle social de responsabilidade pública, maior transparência dos serviços oferecidos a sociedade como uma prestação de contas, e uma possibilidade de controle público do desempenho do sistema escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988.** Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Lei nº 9.394 de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília; Senado Federal, 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em julho de 2003.

_____. Ministério da Educação. [Portaria nº 931, de 21 de Março de 2005](#), Portaria ministerial que institui o **Sistema de Avaliação da Educação Básica, composto pela Prova Brasil** (Anresc) e pelo Saeb (Aneb). Brasília, 2005.

_____. [Portaria nº 47, de 3 de maio de 2007](#). **Estabelece sistemática para a realização da Prova Brasil** e do Saeb em 2007. Brasília, 2007.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95)

DOURADO, Luis Fernandes. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Política e Educação.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. SMEE. Plano Municipal de Educação (2005/2010), 2005.

_____. **Regimento Padrão das Escolas Municipais de Educação de Ensino Fundamental.** 2005.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - <http://www.inep.gov.br/> - acesso em 20 de outubro de 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PENIN, Sonia T.S.; VIEIRA, Sofia Lerche. Progestão: **como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** Módulo I. Brasília: Consed, 2001.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Conselho escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília: MEC, SEB, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

_____. **Práticas em gestão escolar**. Curitiba: IBPEX, 2004a.